

LES-0380 – Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Questão Agrária

O que se passa com a reforma agrária?

Texto elaborado a partir do artigo: MARQUES, P. E. M; LUCAS, A. de; GASPARI, L. C. de. **Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no Estado de São Paulo**. Retratos de Assentamentos, v.17, n.1. 2014.

Guilherme Pinheiro Maria

A pesquisa que deu ensejo ao artigo aqui analisado teve como objetivo o estudo das principais transformações provocadas pela implantação do assentamento Milton Santos, entre as cidades de Americana e Cosmópolis, próximo a grandes áreas canavieiras destinadas à produção de etanol. As análises e conclusões apresentadas no artigo foram resultado da pesquisa “Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudo de casos próximos à metrópoles paulistas”.

De maneira introdutória, os autores defendem que a estrutura fundiária no Brasil é uma grande precursora da desigualdade social e do desequilíbrio no acesso aos bens e serviços no país. Todavia, percebe-se uma clara propagação de ideias que defendem a inutilidade da reforma agrária.

Por outro lado, a multifuncionalidade da agricultura é um tema que proporciona outros olhares à questão da reforma agrária. Muitos autores se apoiam nesta noção para defender os benefícios que a transformação da estrutura agrária pode proporcionar. Estudos sobre os impactos regionais da reforma agrária revelam mudanças que contribuem também para a defesa da reforma agrária. Trata-se da implantação de infraestrutura social; da participação dos agricultores na vida política local; das mudanças na pauta produtiva local; da melhora da qualidade de vida dos assentados e; da instalação de novos equipamentos de abastecimento alimentar.

A respeito da evolução do debate sobre a questão agrária no Brasil, o artigo apresenta que o período de redemocratização marcou a emergência do movimento pela reforma agrária no país. Em 1984, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, na mesma época, foi concebido o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Contudo, as pressões anti-reformistas, em contexto de intensificação produtiva da agricultura e crescente urbanização da sociedade, frearam as ações da Nova República em favor da reforma agrária. Assim, somente 10% dos objetivos previstos inicialmente no I PNRA foram atingidos, tornando minúscula a redistribuição fundiária.

Diante de um quadro desfavorável, uma vertente do MST no estado de São Paulo, desde 2001, vem desenvolvendo uma nova concepção de assentamento rural. Como forma de reorientação estratégica, a saída foi pensar na instalação de assentamentos mais próximos as zonas urbanas, onde há maior infraestrutura. As principais características dessa nova concepção de assentamentos, denominada Comunas da Terra, são: os assentados com passado em grandes cidades são bem-vindos; as terras se situam próximas ao perímetro urbano; os projetos de agroecologia e cooperação devem ser priorizados como base para a produção e; o acesso coletivo à concessão da terra deve ser privilegiado.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também propôs uma nova modalidade de assentamentos, que são os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) onde se encaixa o assentamento Milton Santos. Os PDS são caracterizados por sua maior atenção aos cuidados ambientais, o que favorece o

reconhecimento de novas funções ao meio rural, além da produtividade, ajudando a legitimar politicamente ações em nome da multifuncionalidade da agricultura.

Partindo para o objeto da pesquisa, o assentamento Milton Santos foi criado em 2005, quando 70 famílias lutaram contra resistências e violências para conquistar uma área de 100 ha, vizinha de um “deserto verde” representado pelas grandes plantações de cana-de-açúcar. De forma gradativa, as ações públicas em prol do assentamento mudaram a imagem preconceituosa dos Sem Terra perante a sociedade. A produção local começou a ser escoada para a cidade, especificamente a grupos sociais vulneráveis. Ademais, a paisagem agrária foi mudando, tornando-se mais diversificada em meio as plantações em monocultura ao redor, fruto da grande concentração fundiária local. Com as informações coletadas nas entrevistas realizadas entre os anos de 2009 e 2011 com 20 famílias do assentamento Milton Santos e no levantamento realizado com 52 famílias em 2012, foi possível saber que para, os interlocutores assentados, a maior transformação ocorrida em suas vidas foi a clara melhora de suas condições de vida, em grande parte devido à construção da casa própria e às concessões de crédito para sua melhoria, como o Crédito Instalação na modalidade “Aquisição de Material de Construção”.

Por outro lado, 90% das famílias pesquisadas moravam antes em um raio de aproximadamente 30 km do assentamento. Entre os motivos para terem se engajado no movimento, destacam-se o desejo de tornarem-se patrões de si mesmos, o prazer em trabalhar na terra, a vontade de deixar a cidade por falta de trabalho e, ainda, para se afastar do banditismo dos locais onde residiam. A qualidade da alimentação também foi citada como um fator de transformação na vida dos assentados, associada à diversidade dos cultivos. A mandioca é verificada como a base da alimentação para 60% dos assentados e para 20% deles ela é a base da renda. Verificou-se também o aumento de consumo de legumes, ovo, frango, frutas e saladas.

Foi verificado que o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) configura-se como a principal fonte de remuneração dos assentados a partir da venda dos produtos ao programa que permite o fornecimento de alimentos a instituições de assistência social. Em 2009, cerca de 11 mil pessoas em situação carente foram atendidas pelo PAA com produtos do assentamento. Trata-se de aidéticos, dependentes químicos, ex-dententos e suas famílias, deficientes físicos e pessoas sem moradia.

Entretanto os assentados enfrentam muitas dificuldades para produzir alimentos. O principal entrave é a dificuldade de abastecimento de água, citada por 55% dos assentados entrevistados em 2012.

O assentamento Milton Santos é, portanto, uma modalidade PDS. Dessa forma, projetos ambientais são em alguma medida favorecidos, como aquele da ONG Iniciativa Verde, que encoraja as famílias a replantar a mata ciliar do assentamento. Ainda, o Núcleo de Agroecologia da ESALQ vem implantando experiências agrofloretais em lotes coletivos. Essas ações se ajustam às proposições do PDS, mas é importante destacar o desconhecimento pela maioria da comunidade sobre a modalidade Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Muitas vezes, atrelam o PDS ao dimensionamento reduzido dos lotes.

Por outro lado, o empreendimento de ações coletivas no assentamento, a exemplo da horta coletiva, não é aceito por toda a comunidade em razão da desconfiança gerada por suposta divisão injusta das tarefas. Essa situação ocasiona um forte absentismo dos assentados nas reuniões do assentamento: apenas 12 famílias entre as 52 entrevistadas participam da associação do assentamento.

Por fim, outra informação importante derivada do levantamento realizado com as famílias revela que 22 entre 42 famílias (52%) tinham pelo menos um de seus membros, normalmente jovens, trabalhando nas cidades em empregos não especializados. De toda forma, a maioria dos assentados interrogados considera a atividade não-agrícola como um complemento de renda, enquanto a prática agrícola é considerada a primeira atividade dos assentados. Neste sentido, embora as oportunidades de trabalho na cidade sejam atrativas, o maior desejo dos assentados é realizar mais investimentos para modernizarem seus sistemas de produção e permanecerem na terra.